

**AO JUÍZO DA XX VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX-XX.**

Processo nº. XXXXXXXXXX

**FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO**, RG n. XXXXXXXX , CPF n. XXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXX, por intermédio da **Defensoria Pública do XXXXXXXX**, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, nos termos da legislação vigente, expor e requerer o

**CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

em face de XXXXXXXX , NACIONALIDADE. RG XXXXX, CPF XXXXXXXX residente e domiciliada na XXXXXXXXXX, pelos fatos e fundamentos a seguir elencados.

**DOS FATOS E DO DIREITO**

Em audiência realizada no dia XX/XX/XXXX o MM. Juiz de Direito da XX Vara de Família, Órfãos e Sucessões de XXXXXX homologou, por sentença, o acordo firmado entre as partes, referente a guarda e visitação dos filhos do casal, a fim de que se produzisse os devidos efeitos legais. Dentre as cláusulas do acordo constavam as

seguintes cláusulas:

Ocorre que o Requerente, pai da menor do FULANO DE TAL, está sendo privado do direito de visitar seu filho por parte da genitora, **eis que durante as visitas, a mãe do menor se nega a permitir que o pai possa ter o filho em sua companhia em todos os finais de semana, sendo que por decisão judicial, ficou acordado que as visitas aconteceriam um dia em todos os finais de semana.**

Desta forma, **necessário a intervenção deste juízo para que o genitor possa garantir o pleno acesso a seu filho nos horários e dias fixados em acordo neste juízo,** OU SEJA, que sejam cumpridos os termos do acordo objeto dos presentes autos.

Nessa vertente, **o Colendo TJDFT tem admitido o cumprimento de sentenças que tenham fixado o direito do genitor,** que não detenha a guarda do filho, em ver e ter o filho em sua companhia, inclusive, **com a fixação de multa pecuniária à título de astriantes.** Senão vejamos a manifestação do Ministério Público e do Desembargador Otávio Augusto, no julgamento do XXXX:

***Como bem ressaltou o ilustre representante do Ministério Público:***

***“o comportamento dos pais deverá sempre se pautar pelo melhor interesse da criança e não pelo interesse meramente individual. Não se pode conceber que ela sirva de objeto para fomentar desavenças entre o ex-casal o entre parentes, o que certamente acarretará prejuízos ao seu desenvolvimento e à sua formação. Nesse sentido, a decisão impugnada levou em consideração o disposto nos artigos 19 e 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei***

8.69/90), que garante à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar. Em primeiro lugar, devem ser assegurados os seus interesses.” (fl.119).

*A fixação de multa, **no presente caso, mostra-se necessária e não fere o princípio da razoabilidade, uma vez que restou demonstrado que a agravante tem procurado obstar o convívio do infante com seu genitor, o que por certo prejudica muito mais a criança do que o próprio agravado.***

*Com efeito, as astreintes têm duas finalidades distintas e específicas: a primeira é a função de coibir o descumprimento da decisão judicial, não possuindo caráter compensatório; já a segunda diz respeito à função punitiva pelo descumprimento da ordem judicial, quando ambas devem se ater aos critérios de razoabilidade e de proporcionalidade, sob pena de ensejar enriquecimento sem causa.*

(...)

*Na hipótese, o valor da multa imposta pelo descumprimento da obrigação mostra-se proporcional e razoável à resistência da agravante em cumprir a sentença que regulamentou as visitas do pai ao menor que permaneceu sob a guarda da mãe, tendo por objetivo dar efetividade à tutela deferida.*

*Assim, a r. decisão hostilizada não está a merecer reparos, **haja vista que restou demonstrado nos autos a necessidade de imposição de multa para que a cláusula de regulamentação de visitas seja cumprida e para que o direito do menor, de conviver com seu genitor, não seja mais violado.***

**No mesmo sentido, temos o recente**

## **julgado do STJ:**

**“O direito de visitação tem por finalidade manter o relacionamento da filha com o genitor não guardião, que também compõe o seu núcleo familiar, interrompido pela separação judicial ou por outro motivo, tratando-se de uma manifestação do direito fundamental de convivência familiar garantido pela Constituição Federal.**

**A cláusula geral do melhor interesse da criança e do adolescente, decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana, recomenda que o Poder Judiciário cumpra o dever de protegê-las, valendo-se dos mecanismos processuais existentes, de modo a garantir e facilitar a convivência da filha com o visitante nos dias e na forma previamente ajustadas, e coibir a guardiã de criar obstáculos para o cumprimento do acordo firmado com a chancela judicial.**

**O direito de visitação deve ser entendido como uma obrigação de fazer da guardiã de facilitar, assegurar e garantir, a convivência da filha com o não guardião, de modo que ele possa se encontrar com ela, manter e fortalecer os laços afetivos, e, assim, atender suas necessidades imateriais, dando cumprimento ao preceito constitucional.**

A transação ou conciliação homologada judicialmente equipara-se ao julgamento de mérito da lide e tem valor de sentença, dando lugar, em caso de descumprimento, à execução de obrigação, podendo o juiz aplicar multa na recalcitrância emulativa.

**A aplicação das astreintes em hipótese de descumprimento do regime de visitas por parte do genitor, detentor da guarda da criança, se mostra um instrumento eficiente, e, também, menos drástico para o bom desenvolvimento da personalidade da criança, que merece proteção integral e sem limitações.**

*Prevalência do direito de toda criança à convivência familiar. Recurso especial não provido.”( [REsp 1481531/SP](#), Relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, Unânime, Data de publicação: 7/3/2017.)*

## **DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer

1) a gratuidade de justiça ao Requerente nos termos do art. 98, do CPC;

2) **a designação de oficial de justiça para acompanhar o Requerente na próxima visita a ser efetuada ao filho menor**, de modo que efetivamente o Requerente possa exercer seu direito de visitas ao filho, garantido por força de decisão judicial;

3) **que a mãe do menor seja cientificada pelo Oficial de Justiça que o descumprimento do direito de visitas do pai, ensejará a ocorrência do crime de desobediência, ou mesmo, que seja fixada multa pecuniária em valor não inferior a 1 (um) salário-mínimo**, para cada descumprimento por parte da Requerida em obstar o direito de visitas do Requerente em relação ao filho do casal;

4) **Ainda, e caso este r. juízo entenda prudente e conveniente**, requer seja designada, com a máxima urgência, audiência para oitiva do Requerente e Requerida, onde esta última deverá ser cientificada do seu dever de permitir a visitação do pai em relação ao filho, sendo que nesta audiência com a mediação deste r. juízo e do Ministério Público, as partes poderão resolver a questão de forma amigável, e com menos sequelas psicológicas para o filho do casal.

5) Sejam ainda, fixados honorários de sucumbência a serem

pagos pela Requerida a favor do PROJUR na presente fase de cumprimento de sentença

**Requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos.**

Nestes termos,

Pede deferimento.

XXXXXXXX-XX, XX de XXXXXX de XXXX

**FULANO DE TAL**

**FULANO DE TAL**

*Ceajur XXXX*

**FULANO DE TAL**

*Defensor Público*